



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

283

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0001956-30.2012.8.17.0730 (0319723-3)**

Recorrente: Município de Ipojuca

Procurador: Karla Patrícia C. C. de Vasconcelos Correia PE0313

Recorrido: Moises Venceslau dos Santos

Advogado: Alexandre Peixoto e Silva PE020452

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. GUARDA MUNICIPAL DE IPOJUCA. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS. DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR. DIREITOS SOCIAIS. ART. 7º DO TEXTO CONSTITUCIONAL. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO.**

-Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação Cível interposto pelo Município de Ipojuca contra decisão terminativa, fls. 199/200, que deu negou provimento ao recurso de apelação, n. 0319723-3, interposto pelo Município de Ipojuca.

-Alega o recorrente (fls. 204/226), em síntese, não serem devidas as horas extras pleiteadas pelo recorrido, pois os contratos celebrados entre as partes são regidos por normas de Direito Público, mais precisamente as Leis Municipais n. 1.400/2004 e n.1.514/2008, regulamentadas pelo Decreto Municipal n.02/2010, as quais não dispõem acerca do pagamento de horas extraordinárias, salvo aquelas previamente e expressamente autorizadas pelo Prefeito.

-Aduz que o recorrido não fez qualquer prova de que as supostas horas extras laboradas foram pagas em desconformidade com o estabelecido em lei, afrontando o art.333, inciso I do CPC, limitando-se a afirmar que laborava acima da jornada de trabalho preestabelecida.

-Outrossim, afirma que em decisão monocrática o Relator entendeu que a municipalidade não logrou êxito em comprovar a existência de uma norma legal que admitisse o regime de compensação 12x36 aos guardas municipais contratados temporariamente. Todavia, sustenta que, apesar do magistrado não estar obrigado a conhecer a legislação municipal, as partes somente necessitam fazer prova dessas normas quando assim exigidas, conforme determinação do art. 337 do CPC, fato não ocorrido no caso dos autos.

-Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

-A Constituição Federal prevê, na norma do art. 37, inciso IX, a possibilidade de contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante lei autorizadora, com o objetivo de suprir necessidades emergenciais da Administração Pública, sendo excepcionalmente dispensada a realização do concurso público.

-Conforme assente na jurisprudência sustentada pelos Tribunais Pátrios, independente do disposto na lei municipal que regula o regime jurídico, é devida a extensão dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal aos contratados temporariamente, nos moldes estabelecidos pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

-Desta feita, cumprindo jornada superior à pactuada inicialmente no contrato de trabalho, deve-se reconhecer ao servidor temporário o direito ao recebimento de valores referentes às horas extras.

-O direito ao adicional de hora extra é de índole constitucional, consistindo em direito fundamental do trabalhador sobrecarregado com trabalho excedente à jornada regular, de modo que a legislação infraconstitucional não pode afastar seu cabimento.

-O recorrente sustentou ter havido o descumprimento do art.337 do CPC por parte desta Relatoria, pois não fora intimado a fazer prova da legislação municipal aplicável à hipótese dos autos.

-Nos termos do art.337 do CPC, a parte, que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz. No caso em tela, o recorrente não fora intimado a provar a vigência das leis municipais atinentes a matéria, todavia, a mencionada irregularidade fora sanada, pois, em sede de Recurso de Agravo, o recorrente anexou aos autos a Lei municipal n.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

---

1.400/2004, estando as demais Lei municipais, n. 1.439/2006 e n. 1.494/2008, já anexadas à petição inicial.

-A Lei municipal n.1.400/2004, mais precisamente em seu art.11, trata sobre a possibilidade do Poder Executivo Municipal contratar temporariamente servidores, por prazo determinado de 24 (vinte e quatro) meses, sob o regime de direito público. Já, a Lei municipal n. 1.439/2006, dispõe acerca da Guarda Municipal de Ipojuca e em seu art.56 explicita que para efeito de cálculo de vencimento-hora, os divisores a serem adotados serão de 120 (cento e vinte) horas mês e 60 (sessenta) horas de repouso remunerado.

-Por fim, a Lei Municipal n.1.494/2008 representa o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipojuca e em seu art.64 excepciona a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, aos servidores que adotem o regime de compensação de 12 x 36 horas.

-Entretanto, resta inaplicável à hipótese dos autos a Lei Municipal n. 1.494/2008, eis que inexistente lacuna a ser suprida, mediante a utilização subsidiária do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipojuca. No caso presente, o contrato de trabalho temporário firmado entre as partes submete-se as disposições legais da Lei Municipal n. 1.439/2006, a qual determinou uma jornada mensal de 120 (cento e vinte) horas mensais, inexistindo qualquer referência a adoção de regime de compensação por parte dos guardas municipais.

-Por unanimidade, **negou-se provimento ao recurso**, mantida a decisão terminativa proferida no bojo da Apelação n. 0319723-3.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos Recurso de Agravo em Apelação nº0319723-3, em que figura como recorrente o Município de Ipojuca e como recorrido Moises Venceslau dos Santos.

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em negar provimento ao Recurso de Agravo, nos termos do voto do Relator.

Recife, 29 de Maio de 2014.

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

284

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0001956-30.2012.8.17.0730 (0319723-3)**

Recorrente: Município de Ipojuca

Procurador: Karla Patrícia C. C. de Vasconcelos Correia PE0313

Recorrido: Moises Venceslau dos Santos

Advogado: Alexandre Peixoto e Silva PE020452

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação Cível interposto pelo Município de Ipojuca contra decisão terminativa, fls. 199/200, que deu negou provimento ao recurso de apelação, n. 0319723-3, interposto pelo Município de Ipojuca.

Alega o recorrente (fls. 204/226), em síntese, a impossibilidade de concessão de horas extraordinárias à parte agravada e a inexistência de ônus quanto à não comprovação da legislação municipal referente ao caso em análise.

Nesse sentido, requer a reforma da decisão terminativa para que os pedidos contidos na apelação sejam julgados totalmente improcedentes.

**VOTO**

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remição, para que faça parte integrante da presente decisão (fls.199/200):

XX

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível nº0319723-3.

É como voto.

Recife, 29/10/2014

  
Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator